# Tomás Pompeu de Sousa Brasil

## Um Senador do Império
## (Esboço biográfico)

José Marcelo de Alcântara Pinto
Sócio correspondente do Instituto do Ceará

2ª Parte

A política da Província

Precisamente, em 1836, começara a surgir a idéia de antecipar a maioridade de D. Pedro II, e, assim, quando em 1840 o partido liberal tomou a si precipitá-la, por um verdadeiro golpe de estado, a tarefa não foi realmente difícil.

Pedro de Araújo Lima, regente, tentou aparar o lance pelo adiamento das câmaras (iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, senador, que desde 22 de julho era Ministro do Império. Substituiu a Caetano Maria Lopes Gama, também senador e Visconde de Maranguape, homem culto mas de índole pacífica, qualidades que se aliavam à sua formação intelectual — fora aluno e noviço do Mosteiro de São Bento, de Olinda, onde fez o Curso de Humanidades — que não era indicado para enfrentar, com vigor, o processo político que se avolumava).

Foi dito que o adiamento da Assembléia Geral Legislativa para novembro de 1840 era do agrado do presidente da

Câmara dos Deputados, Joaquim Marcelino de Brito (1), que apoiava o futuro Visconde e Marquês de Olinda com o intuito de encaminhar a Maioridade por uma situação jurídica: a revisão constitucional.

A 24 de julho de 1840 o poder era entregue ao primeiro Gabinete do governo de D. Pedro II, e, se na sua organização foram contemplados os chefes políticos do golpe parlamentar (2), o certo é que, embora a presença dos dois Andradas (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Martim Francisco Ribeiro de Andrada), o centro de sua influência dependia de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois agraciado com o título de Visconde de Sepetiba, que passa a ser apontado como chefe da "facção áulica".

Político e erudito, educado e portador de caráter reto, maneiroso e incapaz de audácias, se juntara ao grupo palaciano ("camarilha" ou "Clube da Joana", como se intiulava a chácara de Paulo Barbosa Silva, que ficava nas imediações da Quinta da Boa Vista onde corria um riacho de nome "Joana", que era o de sua antiga proprietária).

Acontecia, por esse tempo de agitação, que a Província do Ceará era administrada pelo Dr. Francisco de Sousa Martins (sobrinho do Barão e Visconde de Parnaíba, brigadeiro Manuel de Sousa Martins, rico proprietário no Piauí, influência poderosa que em nome da ordem e da tranqüilidade pública perpetuava-se na presidência, mantendo a Província fora da lei, governando-a, despoticamente. Protetor do sobrinho, elegeu-o deputado à Assembléia Geral Legislativa, em várias legislaturas (anos de 1834-1841 e 1845-1847).

Bacharel formado pela Academia de Direito de Olinda (1832), culto e de maneiras distintas, no exercício do mandato

---

(1) Teve assento na câmara temporária desde a primeira legislatura (1826-1829). Presidente das Províncias de Sergipe e de Pernambuco, foi Ministro da Justiça e do Império. Magistrado, foi ministro e presidente do Superior Tribunal de Justiça do Império, de 1846 a 1879, quando faleceu (27 de janeiro). Ver: TAVARES DE LIRA, *Instituições políticas do Império*, pp. 169/170 e 288, publicação do Senado Federal, co-edição com a Editora da Universidade de Brasília, 1979.

(2) Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, pasta do Império; Antônio Paulino Limpo de Abreu (seria Visconde de Abaeté), justiça; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (depois Visconde de Sepetiba, Negócios Estrangeiros; Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Fazenda; senadores Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque), Marinha; e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna, Guerra (BARÃO DE JAVARI, obra cit., p. 79).

de deputado granjeou a admiração dos colegas pelos seus conhecimentos, cativando-os ainda pela lhaneza do trato.

Deixou o governo do Ceará muito malquisto dos "chimangos" (liberais) mas estimado dos "caranguejos" (conservadores) (3).

Amigo do regente — estudioso e cultivador dos assuntos administrativos e financeiros, adquirida a estima de Pedro de Araújo Lima com quem se correspondia — havia lhe dado aviso, confidencialmente, que, em reuniões secretas de políticos locais, o senador José Martiniano de Alencar pregava idéias da Maioridade do monarca. Assegurava mais que os clubes liberais cearenses tinham relações com outro e muito mais importante na capital do Império.

Responsável pelo resultado da eleição senatorial a se realizar a 15 de março de 1840, para o preenchimento da vaga que se abrira com a morte do tenente-coronel Pedro José da Costa Barros (faleceu a 20 de outubro de 1839), sabia do interesse do governo da Regência em fazer incluir o nome de Miguel Calmon du Pin e Almeida, então deputado pela Província da Bahia à Assembléia Geral Legislativa (seria mais tarde senador do Império, Visconde e Marquês de Abrantes) e que organizara as finanças do país quando Ministro da Fazenda do Gabinete de 19 de setembro de 1837.

Miguel Calmon já por duas vezes tinha sido preterido em escolhas senatoriais. A primeira, em lista sêxtupla, por sua Província, em princípios de 1837, na vaga de José Joaquim Carneiro de Campos, primeiro Visconde e Marquês de Caravelas, falecido a 8 de setembro de 1836, e quando do preenchimento da sétima cadeira, criada naquele ano, na regência do padre Diogo Antônio Feijó, quando foram nomeados Manuel Alves Branco, depois segundo Visconde de Caravelas, e Francisco de Sousa Paraíso (4).

As escolhas não o magoaram porque o padre Diogo

(3) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *Suplemento do Ano Biográfico Brasileiro*, vol. I, pp. 437/442. Governou o Ceará de 3 de fevereiro a 9 de setembro de 1840 (PAULINO NOGUEIRA, *Rev. Trimestral, do Instituto do Ceará*, ano e tomo XVIII, pp. 5/61.

(4) Compunha-se a lista sêxtupla: Antônio Joaquim Álvares do Amaral, funcionário público, 529 votos; Miguel Calmon du Pin e Almeida, 394; Francisco de Sousa Paraíso, magistrado, 376; Manuel Alves Branco, magistrado, 350; Honorato José de Barros Paim, magistrado, 337; Eustáquio Adolfo de Melo Matos, oficial superior do exército, 333 (AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., p. 189).

Antônio Feijó era o chefe do governo, seu adversário político, que não admitia sua presença na câmara vitalícia.

A segunda, em lista tríplice, na eleição de março de 1839, cadeira vaga na Província do Rio de Janeiro (falecimento de Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, em 21 de novembro de 1838), quando Pedro de Araújo Lima fez recair sua preferência em Caetano Maria Lopes Gama, também candidato de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.

Assim decidindo, o regente contrariou Bernardo Pereira de Vasconcelos (não tolerava o futuro Visconde de Sepetiba), que, em represália, se demitiu dos cargos de ministro do Império e da Justiça, provocando a retirada do Gabinete que estava no poder desde 19 de setembro de 1937 (5).

Sensibilizado com a posição de Miguel Calmon du Pin e Almeida, amigo e correligionário, o futuro Marquês de Olinda comprometeu-se a apoiar sua candidatura na primeira oportunidade, por qualquer província, e fazer sua nomeação (6).

A ocasião apresentou-se, no Ceará, com a vaga de Pedro José da Costa Barros, tendo o presidente Francisco de Sousa Martins, para atendê-lo, desmantelado o corpo eleitoral dos "chimangos" que tinham certeza de fazer eleger os seus candidatos.

Na ata final, a câmara municipal de Fortaleza, sob orientação de José Teófilo Rabelo, que seguia a política do Senador José Martiniano de Alencar, assim apurou a eleição: Miguel Calmon du Pin e Almeida, 212 votos; padre José da Costa Barros, 424; Manuel do Nascimento e Silva, 356; padre José Ferreira Lima Sucupira, 352; José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, 459.

Francisco de Sousa Martins não hesitou: suspendeu o presidente da Câmara (portaria de 22 de março de 1840) e fez modificar a lista tríplice que apresentou o seguinte resultado: Miguel Calmon du Pin e Almeida, 441 votos; padre José da Costa Barros, 408; Antônio Ribeiro Campos, 322. Remetidos

---

(5) Foi o primeiro Gabinete da regência de Pedro de Araújo Lima. Exonerando-se (16.4.1839), foram nomeados ministros: Senador Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, pastas do Império e da Justiça; Cândido Batista de Oliveira, Negócios Estrangeiros; Jacinto Roque de Sena Pereira, Marinha e Guerra, substituído nesta última a 16 de maio seguinte pelo Senador Marquês de Lages (João Vieira de Carvalho). Ver: BARÃO DE JAVARI, obra cit., p. 69.

(6) PEREIRA DA SILVA, *História do Brasil de 1831-1840*, (Governos regenciais durante a menoridade), cap. IV, pp. 257 e seguintes, 2.ª ed., 1888, Rio de Janeiro.

os papéis e documentos do pleito à Corte, Pedro de Araújo Lima cumpriu sua palavra — nomeou Miguel Calmon para o Senado (carta imperial de 20 de julho de 1840).

Com o advento do governo de D. Pedro II, galgando o poder os liberais, a 9 de setembro de 1840 o vice-presidente major João Facundo de Castro Menezes assumiu a administração do Ceará para transmiti-la a José Martiniano de Alencar a 20 de outubro seguinte.

O jovem soberano conhecia o chefe liberal cearense e lhe guardava reconhecimento porque, em 1831, na câmara dos deputados, muito se esforçou para que a sua dotação fosse de duzentos contos de réis e não de cem, como muitos pretendiam.

Em 1834, na Regência Trina Permanente, nomeado o Senador Alencar para a presidência do Ceará (carta imperial de 23 de agosto), antes de viajar foi beijar a mão do monarca que ainda não tinha dez anos. Na ocasião da despedida, o imperador lhe ofereceu três desenhos, dizendo com amabilidade: "Receba-os que foram feitos por mim" (7).

* * *

Assumindo o governo provincial, em 1840, o Senador José Martiniano de Alencar não vinha encontrar o Ceará com uma situação política tranqüila. A sua eleição para o Senado do Império, em 1832, representara o amálgama de quase todas as facções partidárias, cousa fácil de se entender, porque, à época, na Província, como no resto do país, não existiam agremiações políticas definidas e arregimentadas.

Os elementos políticos achavam-se em estado de fermentação, à espera da iniciativa que devia partir da Corte, orientando os diversos agrupamentos. Predominavam, todavia, os chamados "exaltados" que tinham se colocado à frente da sedição de 7 de abril de 1831 e que cederiam suas posições logo após a promulgação do Ato Adicional (12 de agosto de 1834), aproveitado por Bernardo Pereira de Vasconcelos para hastear na Câmara dos Deputados a bandeira de um novo partido, o do "regresso", que mais tarde tomaria o nome de "conservador".

---

(7) JOSÉ LOURENÇO DE CASTRO E SILVA, *Miscelânea*, obra cit., p. 6, exemplar da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasilleiro (IHGB), Rio de Janeiro.

José Martiniano de Alencar chegou ao senado preenchendo a vaga do Visconde e Marquês de Aracati, João Carlos Augusto de Oyenhausen e Gravenburg (nomeado por carta imperial de 22 de janeiro de 1826) que havia se retirado do Brasil para acompanhar D. Pedro I (8).

Era a Província administrada por José Mariano de Albuquerque (8-12-1831 a 26-11-1832) que havia se aproximado de

---

(8) Na sessão de 14.5.1831, do Senado, Estêvão Ribeiro de Rezende, então Conde de Valença (depois, Marquês do mesmo título), apresentou a seguinte indicação: "Que sendo público, e fora de dúvida, que o Senador Marquês de Aracati se ausentou para fora do Império sem licença da Câmara e do Governo, se expeçam ordens para se proceder à Eleição de novo Senador pela Província respectiva, que julgo ser a do Ceará".

Foi apoiado pelo Barão e Visconde de Congonhas, Lucas Antônio Monteiro de Barros, que disse: "Eu vi que o Marquês de Aracati assistiu à Missa do Espírito Santo e assistiu junto a mim, e o ouvi que sofria de uma perna, em que tinha uma ferida. Todos estão convencidos que ele não aparece porque foi para Inglaterra; portanto, abandonou o lugar."

Na sessão do dia 16, a Comissão de Constituição — Marquês de Inhambupe (Antônio Luís Pereira da Cunha), Marquês de Maricá (Mariano José Pereira Fonseca) e Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque — proferiu parecer acolhendo a indicação do Conde de Valença: "Que o Governo mande proceder à eleição de Senador, que se acha vago pela Província do Ceará, que o dito Marquês representava."

No *Diário do Rio de Janeiro,* edição de 16.5.1831, o Marquês de Aracati publicou o seguinte: "Declaração. Os Sucessos que na memorável noite de 7 de Abril fizeram o destino do Brasil, também fizeram o meu. A consciência vai limpa de remorso e o Coração leva indelevelmente gravados os sagrados caracteres do juramento que prestara à constituição e ao Imperador, hoje, Sr. D. Pedro II. O meu derradeiro voto, no voluntário exílio, será pelo Brasil; pelo Brasil, com que me identifiquei, desde que, em 1803, toquei suas afortunadas praias, pelo Brasil, que eu preferira ao país que me viu nascer!"

"Aqueles que me conheceram, antes e depois dessa época, que de uma vez duas nações, digam se houve quem mais sinceramente desejasse a prosperidade do Brasil. Eles o disseram: e em convicção manifestada pelos Eleitores de Três Províncias, na primeira organização do Senado, será para mim uma constante lembrança de glória e de gratidão."

"Brasileiros, que entendeis melhor, e pregais mais que ninguém a linguagem do brio, sêde justos; não vos esqueceis, no conceito que vos merece vosso concidadão."

"Nas listas que serviram de base à nomeação dos cincoenta primeiros senadores do Império, o Marquês de Aracati foi eleito nas Províncias do Ceará (83 votos, nomeado), São Paulo (135 votos) e Mato Grosso (17 votos)." Ver: *Anais do Senado do Império,* 2.ª sessão da 1.ª legislatura, ed. de 1914, pp. 119/120 e 127/128; *Diário do Rio de Janeiro,* n.º 13, coleção da Biblioteca Nacional, Seção de Obras raras; AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., pp. 165, 179 e 183.

José Martiniano de Alencar e do padre Diogo Antônio Feijó e que encontrava na sua candidatura motivo para expressar seu decidido apoio.

Agindo assim, o Presidente contrariava Manuel do Nascimento Castro e Silva (este nunca disputou, no Ceará, a chefia política de Alencar. Se não bastasse o relato do Dr. José Lourenço de Castro e Silva sobre a eleição de Pedro de Araújo Lima para regente do Império, é certo que o irmão do major João Facundo de Castro Menezes foi ministro da Regência Permanente — Gabinete de 16 de janeiro de 1835, ocupando as pastas do Império e da Fazenda — por influência de José Martiniano de Alencar).

O mesmo ocorreu no governo do padre Diogo Antônio Feijó, que, desgostoso por não ter Manuel do Nascimento Castro e Silva feito aprovar as contas do 1º Visconde e Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes, que, por isso, tendo aceito o convite para assumir o cargo de Ministro do Império, não pôde ser nomeado, pretendeu afastá-lo sob pretexto de ter compromisso com o senador José Inácio Borges para inclui-lo no Gabinete de 5 de fevereiro de 1836. Não o fez porque o Senador Alencar se opôs, energicamente (9).

O padre José Ferreira Lima Sucupira, redator do *Cearense Jacaúna* (o primeiro número é de 25 de maio de 1831), impresso, a princípio, na tipografia do capitão-mor Joaquim José Barbosa, e, depois, na do negociante português Manuel Caetano de Gouveia (10), então aliado político do comendador José Antônio Machado (11), ambos ligados ao cel. Francisco Fernandes Vieira (mais tarde Barão e Visconde do Icó), sustentou a candidatura de José Martiniano de Alencar com o fim de prejudicar a do irmão de João Facundo.

---

(9) Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos (autógrafos), código 1.1.14, 86. Existem caixas de correspondência de Manuel do Nascimento Castro e Silva com José Martiniano de Alencar, revelando a íntima amizade que mantinham e deixando à evidência o reconhecimento da chefia política do Senador Alencar.

(10) JOÃO BRÍGIDO DOS SANTOS, *Miscelânea Histórica ou Coleção de diversos escritos,* 7.ª parte (Genealogia dos partidos do Ceará), 1889, pp. 97/102.

(11) Opulento comerciante, foi seu filho o desembargador Antônio José Machado, Senador do Império (*Rev. Trimestral, do Instituto do Ceará,* vol. XX, p. 349).

Apurado o pleito (12), foi José Martiniano de Alencar nomeado (carta imperial de 10 de abril de 1832), e, fortalecendo sua posição, elegeu os representantes da Província à Assembléia Geral Legislativa (13).

O resultado não deixou ressentimentos. Manuel do Nascimento Castro e Silva e sua família permaneceram aliados do Senador Alencar, acompanhando-o inclusive quando se verificou o seu rompimento com o boticário Ferreira (Antônio Rodrigues) e seu grupo: Manuel José de Albuquerque, José Antônio Machado, José Antônio Pereira Ibiapina, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, padre Antônio Pinto de Mendonça, que, para sustentação de suas opiniões fizeram imprimir a *Oposição Constitucional* (Paulino Nogueira relata o seguinte fato: furioso com os ataques que lhe eram feitos, José Martiniano de Alencar mandou recrutar o impressor tipógrafo que era o único existente na Província e fez com que fosse embarcado para o Pará (14).

* * *

As nomeações de presidentes para as províncias representaram para o Gabinete de 24 de julho de 1840 a medida política indispensável para consolidar sua posição no poder. Afirmava o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Ministro do Império, que o governo, como expressão de um partido, tinha o direito de intervir no processo eleitoral.

Mas para realizar semelhante política que agredia os princípios e normas anteriormente expendidas da tribuna parlamentar, no tocante a se fazer uma administração de conciliação e congraçamento, cuja expressão imediata seria como foi a anistia para os crimes políticos praticados durante a Regência, o paulista se recusava a comparecer ante a câmara

(12) Realizado em dezembro de 1831, organizou-se assim a lista tríplice: José Martiniano de Alencar, eclesiástico, 195 votos; Manuel do Nascimento Castro e Silva, 133; Francisco Alves Pontes, 109; (AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., p. 195).

(13) 3.ª legislatura (1834-1837): José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Dr. José Antônio Pereira Ibiapina, Manuel do Nascimento Castro e Silva, padre Antônio Pinto de Mendonça, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Dr. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, major Joaquim Inácio da Costa Miranda, Cel. Francisco Alves Pontes (BARÃO DE JAVARI, obra cit., p. 283).

(14) *Rev. Trimestral, do Instituto do Ceará,* ano XII, tomo XII, 1898, pp. 205/207.

temporária, convidado que era para discutir o orçamento de sua pasta, para não ser obrigado a justificar um procedimento que se opunha às promessas do passado (15).

O Gabinete agiu com violência: mudou todo pessoal que seria encarregado de fiscalizar as eleições, removendo juízes de direito e chefes de polícia, suspendendo oficiais superiores da guarda nacional e juízes de paz e ordenando o recrutamento de 4.000 novos guardas.

A unanimidade da tradição deu à eleição uma denominação que restou célebre — "eleições do cacete" —. Esse procedimento, marcando o primeiro antecedente de vitória sistemática do partido da situação, iria abalar o prestígio do Ministério junto à Coroa, servindo, indiretamente, para precipitar a sua retirada do poder.

O Senador Alencar aceitou o governo de sua província mas se preveniu quanto às arbitrariedades que poderiam chegar às ofensas pessoais, embora soubesse que não poderia impedir a falsificação das atas, a adulteração das qualificações dos eleitores e nem evitar que as urnas viessem cheias de votos preparados.

Aliás, a situação do Ceará era de agitação que tivera início em anos anteriores. Havia levado à retirada do Presidente Manuel Felizardo de Sousa e Melo (acusado de permitir violências), substituído por João Antônio de Miranda (16).

---

(15) *O Brasil Monárquico — 2.ª, Dispersão e Unidade,* direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacir Campos, ed. da Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972, 3.ª edição, p. 65.

(16) O padre José Antônio Marinho, suplente convocado para integrar a representação da Província de Minas Gerais, nas sessões de 1839 e 1840, dizia: "A Província (do Ceará) rejeitou o Sr. Felizardo assim como rejeitou o Sr. Miranda porque impuseram domínio insuportável, tirando ao cidadão toda a garantia a um voto livre, lançando mão de meios impuros." O assunto provocou debates veementes nas sessões da câmara dos deputados, intervindo o próprio Ministro da Justiça, deputado Francisco Ramiro de Assis Coelho (3.º Gabinete do Regente Pedro de Araújo Lima, organizado a 5.5.1840), sendo suas afirmativas rebatidas por Vicente Ferreira de Castro e Silva (sessão de 26 de maio).

No dia seguinte, Teófilo Benedito Otoni fez referências "às transações da camarilha que chegara a impor que a Província do Ceará tivesse confiança no Sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida e o mandasse na lista tríplice para senador", e Honório Hermeto Carneiro Leão, que, a exemplo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, era adversário intransigente do Senador José Martiniano de Alencar, acusaria este de ter influenciado Francisco de Sousa Martins a aceitar a presidência do Ceará (*Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados,* 3.º ano da 4.ª legislatura, tomo 1.º, ed. de 1878, pp. 299/300; tomo 3.º, p. 652).

Outro acontecimento iria concorrer para tornar mais confusa a posição do oficialismo cearense: o falecimento (4 de dezembro de 1840) do Senador João Antônio Rodrigues de Carvalho (17) se apresentava favorável à necessidade de se eleger o candidato que o Gabinete pretendia favorecer, o próprio ministro Antônio Carlos (a lembrança de seu nome partiu do então deputado Antônio Paulino Limpo de Abreu, titular da pasta da Justiça, da intimidade do Senador Alencar.)

Surgia, assim, sério concorrente ao nome de Manuel do Nascimento Castro e Silva, político prestimoso aos interesses do Império e de sua Província, que, também, tinha sido um dos baluartes do partido na luta da Maioridade, na câma-

(17) Nomeado a 22.1.1826, por D. Pedro I. Os outros contemplados com a escolha do imperador foram "Domingos da Mota Teixeira, eclesiástico, de real influência na Província, Pedro José da Costa Barros, oficial superior do exército, e João Carlos Augusto de Oeynhausen, depois Visconde e Marquês de Aracati" (AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., pp. 66 e 169).

Na sessão de 11.5.1827, do Senado, os Viscondes de Congonhas do Campo (Lucas Antônio Monteiro de Barros) e de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro), membros da Comissão de Poderes, apresentaram resolução para que "os srs. Visconde de Pedra Branca e Domingos da Mota Teixeira, que não têm comparecido ainda, venham tomar assento nesta Câmara" (*Anais do Senado do Império,* tomo 1.º, ano de 1827, p. 58).

Meses depois, na sessão de 22 de setembro, a mesma Comissão de Poderes reconhecia "a legitimidade dos impedimentos alegados por Domingos da Mota Teixeira para vir assumir o exercício do cargo de Senador pela Província do Ceará" e representava que o "Governo Imperial faça proceder a nova eleição de pessoa que preencha aquela vaga" (*Anais do Senado do Império,* tomo 1.º, 1827, p. 47).

Em 1828 (sessão do dia 28 de junho), o Senado tomava conhecimento da "eleição a que se procedeu na Província do Ceará proximamente para suprir a falta de um Senador" (*Anais do Senado do Império,* tomo 2.º, p. 71), e, a 3 de julho, "apresentado à Mesa o diploma do Senador Conde de Lages", somente muito depois, a 8.3.1829, a Comissão de Poderes (Conde de Valença e Barão de Itapoã) proferia parecer considerando o diploma do Senador Nomeado pela Província do Ceará, Conde de Lages, conforme a Ata Geral e Lista Tríplice, que, assim, devia ser chamado a prestar juramento e tomar assento no Senado", o que se verificou logo a seguir" (*Anais do Senado do Império,* sessões de 1829, tomo 1.º, pp. 3/6).

O juramento dos Senadores, aprovado na sessão preparatória de 30 de abril de 1826, era o seguinte: "Juro aos Santos Evangelhos manter a religião católica, apostólica, romana; observar e fazer observar a Constituição, sustentar a indivisibilidade do Império; a atual dinastia imperante; zelar os direitos dos povos; e promover quanto em mim couber a prosperidade da Nação" (*Anais do Senado do Império,* 1826, tomo 1.º, p. 22).

ra temporária, com o seu irmão Vicente Ferreira de Castro e Silva (18).

Isso não bastasse, outras complicações apareceram ao partir da Corte para assumir a administração cearense: o Senador José Martiniano de Alencar trazia pedidos de influentes amigos para incluir na composição da chapa "chimanga" à Assembléia Geral Legislativa os nomes de Francisco de Sales Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim, Alexandre Maria de Mariz Sarmento e Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja.

Em Fortaleza, deu ciência dessas solicitações ao major João Facundo que concordou. Alexandre Maria de Mariz Sarmento, destacado funcionário da Contadoria de Revisão do Tribunal do Tesouro, era amigo de seu irmão Manuel do Nascimento Castro e Silva, que fora Ministro da Fazenda da Regência Permanente e do padre Diogo Antônio Feijó.

Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, magistrado, tinha sido deputado à Câmara na primeira legislatura (1826-1829), pela Província de Alagoas. Era político da intimidade do ex-regente Feijó (19), que, ainda, por solicitação de Manuel Alves Branco, Visconde de Caravelas, tomava, sem hesitação, Francisco de Sales Torres Homem, ardoroso liberal, sob seu patrocínio (20).

Partidário, o Senador Alencar influiu, decisivamente, no pleito que se realizou a 6 de março de 1841, fazendo frente à resistência dos cabos eleitorais que Francisco de Sousa Martins deixara para ajudar os amigos da família Fernandes Vieira, principalmente em Sobral, para onde havia ido sob

---

(18) 4.ª legislatura, 1838-1841 (*Parlamentares do Império*, ed. do Senado Federal, obra comemorativa do Sesquicentenário da Instituição Parlamentar, Brasília, 1973, p. 485.

(19) Anos mais tarde, ministro do Superior Tribunal de Justiça do Império, foi aposentado, compulsoriamente (também Tibúrcio Valeriano da Silva Tavares, Cornélio Ferreira França e José Antônio de Siqueira e Silva), por decreto de 30.12.1863, referendado pelo Senador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Ministro da Justiça do Gabinete de 30.5.1862. (TAVARES DE LIRA, obra cit., p. 168).

(20) SACRAMENTO BLAKE, *Dic. Bibliográfico Brasileiro*, cit., 3.º volume, p. 115; JOAQUIM MANUEL DE MACEDO escreveu que o Padre Feijó teve açodamento em apoiar Francisco de Sales Torres Homem porque este, "quer na tribuna, quer na imprensa, atacava os adversários com palavras violentas do gosto intransigente e ofensivo do ex-regente: erupção vulcânica em discursos ardentíssimos pelas idéias e arrebatadores pela eloqüência exaltadíssima" (*Suplemento do Ano Biográfico Brasileiro*, cit, vol. I, pp. 419 e 434).

pretexto de evitar que os "Balaios" invadissem o Ceará pelo lado de Frecheiras (21).

Embora as recomendações do Gabinete, deu apoio à candidatura de Manuel do Nascimento Castro e Silva. Não devia favores a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, cujas opiniões intransigentes não tolerava. Despe-se, assim, de fundamento a insinuação de João Brígido (22): tinha preferência pelo Andrada, deixando o irmão do major João Facundo de ser logrado por ter o Ministério da Maioridade pedido exoneração.

Apurada a eleição, os "caranguejos" também prepararam sua chapa, e, vencidos, fizeram lavrar uma ata de protesto na capela central de Saboeiro, feudo da família "Carcará" e freguesia de São Mateus, figurando na mesma 1.100 eleitores, número maior do que o de toda freguesia.

Deram como vitoriosos para a Câmara dos Deputados os Drs. Miguel Fernandes Vieira, André Bastos de Oliveira e Francisco de Sousa Martins, Manuel José de Albuquerque, padres José da Costa Barros e Antônio Pinto de Mendonça, Drs. José Pereira da Graça e Antônio José Machado.

Encaminhada a ata geral com documentos e relatório ao Ministério do Império (a lista tríplice ficou assim organizada — Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, 658 votos; Manuel do Nascimento Castro e Silva, 635; padre José Ferreira Lima Sucupira, 584 —, foi nomeado o irmão do major João Facundo, carta imperial de 17 de novembro de 1841).

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros (Gabinete de 23 de março de 1841, que, a exemplo do Senador José Martiniano de Alencar, sempre

---

(21) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados,* 4.º ano da 4.ª legislatura, vol, I, pp. 103, 114/115 e 128/137.

(22) *Eleições senatoriais do Ceará,* cap. V, exemplar da Biblioteca do Instituto do Ceará, Fortaleza.

Maliciosamente, o Senador José Martiniano de Alencar fez publicar no *Jornal do Comércio,* da Corte: "A escolha de Antônio Carlos, na minha opinião, importa um precedente que tinha de estabelecer-se no princípio do reinado de nosso primeiro adorado imperador, isto é, que era lícito aos Ministros da Coroa prevalecerem-se do poder para se apresentarem candidatos nas Províncias e fazerem-se eleger por 'fas' e por 'nefas'; e estão falseadas as nossas instituições. O Sr. Antônio Carlos espere que a sua Província apresente a mesma oportunidade que a nossa há apresentado para com o Nascimento, porque uma escolha só assim honra qualquer candidato, do contrário, não" (Corte, edição de 15.7. 1841, coleção da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Obras raras).

pertenceu à escola de Evaristo da Veiga, que era a do bom senso e da tolerância, influiu na escolha do monarca, conquistando para seu candidato, o Senador Cândido José de Araújo Viana, então Visconde de Sapucaí, titular da Pasta do Império).

Decidiu a posição de seu correligionário e amigo com a alegação de ser necessária a escolha imperial recair no nome do ex-Ministro da Fazenda da Regência Permanente e do padre Diogo Antônio Feijó porque o mesmo iria servir, no Senado, para atenuar a oposição que aí se fazia ao Gabinete que não contava com os conservadores "puros" (Joaquim José Rodrigues Torres, que seria Visconde de Itaboraí, e Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Visconde e Marquês de Paraná). Estes dois, mais tarde, levariam Paulino José Soares de Sousa, o futuro Visconde de Uruguai, a romper com Aureliano, provocando a demissão do Ministério (23).

José Martiniano de Alencar também deu a vitória ao seu partido para a representação da Câmara dos Deputados, na eleição de 1841 (5ª legislatura a se instalar em 1842), porque era pretensão dos liberais assegurar ampla maioria para sua consolidação no poder (24).

Mas, na Corte, ocorreu inversão na situação política. Retirando-se o Gabinete da Maioridade, o governo era confiado (23 de março de 1831) a homens públicos que se colocavam em antagonismo aos princípios que tinham norteado a administração dos Andradas.

E, quando a Câmara dos Deputados anulou a eleição dos "caranguejos" do Ceará e aprovou a dos "chimangos", o Ministro da Justiça, Senador Cândido José de Araújo Viana, então Visconde de Sapucaí, apresentou relatório a D. Pedro II que levaria à dissolução da Assembléia Geral Legislativa (decreto de 1º de maio de 1842).

---

(23) HEITOR LIRA, *História de D. Pedro II — 1825-1891, Ascensão — 1825-1870*, ed. de 1977, vol. I, pp. 100/101, cit.

(24) Carlos Augusto Peixoto de Alencar, padre, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Francisco de Sales Torres Homem, João Capistrano Bandeira de Melo, lente de Direito, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Joaquim Inácio da Costa Miranda, Alexandre Maria de Mariz Sarmento, Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, magistrado (BARÃO DE JAVARI, cit., p. 296).

Ao mesmo tempo, dirigiu Aviso (nº 27, de fevereiro) ao Presidente da Província do Ceará, brigadeiro José Joaquim Coelho (seria Barão de Vitória), asseverando que "a eleição cearense estava tão eriçada de gravíssimas faltas que a representação que se acabava de eleger era indigna de subir à Presença do Imperador" (25).

(25) *O Brasil Monárquico — 2, Dispersão e Unidade,* cit., p. 83; BARÃO DE JAVARI, obra cit., pp. 84/85.